

Argentina: “A melhor política é a que abre o caminho da liberdade”

*Demian Castro**

Na década de setenta, a perda de dinamismo da economia Argentina e a inflação estiveram associadas a uma crise profunda do regime democrático, brutalmente sucedida por uma ditadura militar que, a partir de 1976 até 1984, calou e dizimou parte muito importante da sociedade e disseminou amplamente variadas formas de corrupção econômica e enriquecimento ilícito.

Esse pesadelo prolongou-se até metade dos anos oitenta, quando se iniciou um difícil processo de democratização que, além de lidar com a inflação crônica elevada, o endividamento externo e a questão estrutural do esgotamento do dinamismo econômico, teve que conviver com ameaças recorrentes dos militares, as quais, entre outras coisas, serviam para adiar seu julgamento pela sociedade, vítima de assassinatos, seqüestros e desaparecimentos em massa.

Apesar deste quadro grave, os indicadores sociais sobreviveram em patamares que colocavam a Argentina entre os países latino americanos de melhor (menos pior) situação social. No entanto, nos anos noventa, essa teimosia foi atropelada pela “onda” das finanças globais, pelos novos enfoques nacionais referentes aos problemas estruturais da economia e pelo processo de estabilização.

Como no Brasil, a estabilização praticada na Argentina não pode ser dissociada da abertura comercial e financeira da economia e das privatizações. Em que pesem as diferenças de grau, nos dois processos realizou-se uma reforma monetária sustentada pela forte entrada de dólares. A valorização da moeda foi a contra cara da desnacionalização da economia e desindustrialização. Durante essa reestruturação selvagem o emprego formal recuou e a informalização e precarização da condição laboral avançou. As exportações caíram acentuadamente e as importações cresceram em todas as rubricas de bens salários, de consumo durável e de capital (ligadas ao processo de reestruturação produtiva).

O trauma ou esgotamento social gerado pela desordem monetária recorrente e pela hiperinflação, a existência de um setor financeiro relativamente menos desenvolvido que o brasileiro e, finalmente, uma certa propensão à fuga para o dólar levou à opção “heróica” de

* Doutor em Economia pela Universidade de Campinas (Unicamp). Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná. Endereço eletrônico: demian@ufpr.br

estabelecer por lei o novo valor do peso, magicamente conversível à taxa de um por um. É verdade que entre o fim dos anos oitenta e início dos noventa prosperaram na região análises que pregavam a dolarização como alternativa às crises monetárias. Tais propostas, evidentemente, visualizavam o ciclo de liquidez global que tendia a dominar os circuitos econômicos mundiais. Realizando reformas, os “antigos” países devedores poderiam passar a integrar a nova categoria de “emergentes”. Camuflando um processo restaurador da subordinação da periferia à esfera monetária do dólar.

Paradoxalmente, esse processo de regressão monetária produziu um resultado social relevante, pois afastou a inflação (entre 1989 e 1990 a sociedade foi assolada por uma hiperinflação que coincidia com o fim do governo radical de Raúl Alfonsín) às custas do emprego e da renda nas periódicas crises externas que se sucederam, mas capaz de permitir uma década de “menemismo”, marcado, entre outras coisas, pelo consumismo, pela corrupção e a degradação da sociedade.

Muitos jovens e adultos de classe média, que se tornaram cosmopolitas nessa era de “ouro” da economia Argentina, tempo depois, tiveram que iniciar um êxodo em direção à Espanha. A parcela da sociedade Argentina incluída nessa via de estabilização viveu sob a ilusão de que essa solução viesse a gerar os mesmos benefícios de cem anos atrás, quando a Argentina foi peça relevante da expansão periférica das finanças inglesas. Que diria, a respeito destes acontecimentos “tardios”, o célebre Raul Prebisch, pai da Comissão Econômica para América Latina e, nos anos trinta, presidente do Banco Central argentino?

A ilusão permitiu passar por alto a desvalorização do real em 1999, quando teria sido oportuno afrouxar a regra de ouro da falsa política monetária, para evitar as agruras posteriores geradas pelo colapso do modelo e os quatro anos de depressão econômica. A *débâcle* de 2001, rompeu a coesão que existia entre os “incluídos”, a frágil democracia argentina teve que suportar as demandas contraditórias geradas pelo acelerado empobrecimento da população, inclusive a parcela dos que queriam a realização de uma quimera: a devolução dos “depósitos em dólar”, engrossando o coro dos que gritavam contra os políticos e, também, clamando entre as ruínas pela volta do passado.

Quando o presidente Kirchner assumiu, a situação política e econômica colocava uma disjuntiva que periodicamente atinge um *clímax* na realidade latino americana. Trata-se da conciliação entre os interesses externos, incluindo aqui os beneficiários nacionais da inserção externa e os interesses internos, que respondem por todos aqueles que sofrem as violentas contrações do emprego e da renda.

Interessante notar que o *default* e a estratégia de pacificar a frente interna explicita a importância ou, melhor, a insofismável existência da nação enquanto construção apropriada para navegar no cenário econômico definido pelas finanças globais e seus principais padrões monetários. O *default* não deixa de ser um violento resgate da soberania mediante o Estado, que só a ruína permite, e que recoloca a nação enquanto categoria histórica; ao mesmo tempo em que a adesão social depende da rapidez com que as autoridades conseguem transformar a “autonomia” conquistada pela interrupção dos pagamentos em crescimento econômico.

É necessário reconhecer que, tanto o processo de renegociação com as diversas frentes dos credores externos, quanto a retomada acelerada do crescimento, foram produzidos pela química improvável entre o estilo Kirchner e o estilo firme e sereno de Roberto Lavagna à frente do ministério de economia e produção. Este último comandou a ainda precária recomposição financeira do país e, entre outras coisas, soube evitar que a questão da dívida não contaminasse os mercados externos das exportações argentinas.²⁸ Por outro lado, sem Kirchner, Lavagna não teria conseguido segurar a pressão por reajustes feita pelos setores responsáveis por preços administrados, os antigos serviços públicos.

Quando a Argentina lançou suas condições definitivas de renegociação da dívida em *default* com os investidores externos (entre outros, fundos de pensão italianos e americanos representando milhares de pequenos investidores), teve o aval de *Wall Street* e do departamento do tesouro dos Estados Unidos. Em grande medida, isto foi uma consequência da negociação externa realizada pelo ministro Lavagna. Evidentemente que esses avalistas se fundamentaram para apoiar a proposta da Argentina em duas questões: a primeira, diminuir os prejuízos do *default* aceitando as formas de pagamento definidas pelo governo argentino e, a segunda, a possibilidade de continuar a realizar lucros mantendo a Argentina inserida no cenário global. Ainda há, transitando em cortes internacionais, centenas de ações de investidores externos contra o governo argentino

Antes de tentar avaliar brevemente os resultados econômicos obtidos pela Argentina desde que Kirchner assumiu a presidência em 2002, é necessário considerar alguns aspectos da situação econômica que herdou. Em primeiro lugar, houve uma depressão profunda que alcançou cinco anos e teve efeitos sociais devastadores. Em segundo lugar, essa depressão associou-se às consequências sociais adversas geradas pelo “menemismo” e a política

²⁸ Após a reestruturação o estoque de dívida pública bruta caiu de 144.453 para 126.567 milhões de dólares em março de 2005. A dívida pública líquida passou, entre dezembro de 2001 e março de 2005, de 120.148 para 86.638 milhões de dólares.

econômica de Cavallo (não se deve esquecer que foi ministro de economia do presidente Fernando De La Rúa, num claro sinal de fracasso do seu governo). Desmonte do mercado de trabalho, empobrecimento acentuado das camadas assalariadas, em particular, da classe média, elevação acelerada das ocupações informais, taxas elevadas e persistentes de desemprego, são algumas das mazelas geradas sob o discurso do neoliberalismo e do mercado *is beautiful*. Para completar o quadro, um estoque de dívida pública bruta, impagável, de US\$ 144.453 milhões, sob a qual transitava o parasitário mercado financeiro.

Independentemente dos problemas pendentes originados pelo *default*, é importante destacar que, desde 2003, a Argentina vem apresentando taxas de crescimento elevadas; em 2005, confirmou-se a taxa de 9,1% e para 2006 é projetada uma taxa de, no mínimo, 4%. No entanto, essa *performance* ainda mal consegue superar as marcas negativas atingidas durante a depressão e, ao mesmo tempo, o desempenho do emprego num cenário de crescimento econômico parece explicitar o caráter profundo da reestruturação produtiva realizada durante os anos noventa, a qual reduziu a demanda por força de trabalho. Na mesma direção, a linha de pobreza não se mexeu durante estes anos de recuperação do nível de atividade econômica.

A situação política interna ainda mostra que são elevados os graus de tensão social ocasionados pela concentração de renda, pela falta de trabalho e pela expansão da violência e da criminalidade. O governo, que soube acalmar os ânimos ao distribuir os chamados *planes trabajar* (espécie de seguro desemprego), também mantém relações políticas “perigosas” com setores dos *piqueteros*, beneficiários desses subsídios. É importante indagar quais tipos de atividades econômicas são necessárias e viáveis para empregar essa força de trabalho marcada pelo baixo grau de qualificação, ou por trabalhadores qualificados expulsos das linhas de montagem reestruturadas. Segmentos dos trabalhadores empregados formais ou dos trabalhadores autônomos demonstram ressentimento com o caráter “rentista” destes beneficiários da política social constituídos por “não-trabalhadores”.

Acompanhando esses anos ruins, que não se sabe se duram décadas ou quinquênios, a Argentina apresenta uma população jovem e adulta fortemente marcada pelo êxodo em direção a países com melhores perspectivas. Cidades como Mar del Plata, que chegaram a apresentar taxas de desemprego na marca dos 20%, são campeãs na experiência de perder seus jovens e adultos. Será possível sustentar o crescimento e abrir as portas para o retorno desses emigrantes argentinos e, outros que deixaram o país nas décadas anteriores?

Até agora, entre outras lições propiciadas pela trajetória da Argentina, a mais importante é a que diz respeito ao papel do crescimento econômico para apaziguar as tensões

sociais, e como mecanismo central para conseguir atender os credores externos. Os 37 meses consecutivos de crescimento, fazendo recuar o desemprego para a casa dos 10%, têm servido para dar fôlego ao governo do presidente Kirchner, já que a expansão da economia melhora a base dos segmentos incluídos. A capacidade de continuar sustentando esta *performance* é o grande desafio e, para que isto aconteça são cruciais os investimentos. O ponto envolve, entre outras coisas, a avaliação dos empresários a respeito do futuro e a disponibilidade e qualidade do financiamento.

É necessário, neste sentido, diferenciar no atual estágio, a recuperação diante da depressão que ocorreu até 2002, isto é, a capacidade de recuperar os patamares, por exemplo, de 1998 e, por outro lado, a capacidade de superar os gargalos de competitividade que dificultam as exportações. Observe-se que carnes, grãos e petróleo constituem os eixos das exportações argentinas. Há um diagnóstico bastante avalizado de que a estrutura industrial argentina é fortemente dominada por setores de baixa capacidade inovadora. Portanto, a sustentabilidade do crescimento, em alguma medida, passa pela capacidade de implementar uma política industrial ou uma estratégia guiada por uma visão da inserção argentina no mundo. Ao mesmo tempo, não se deve esquecer que o capital estrangeiro tem fluído para o país, demonstrando que o *default* foi superado e, o que pode apresentar alguma gravidade, que os patamares de internacionalização econômica atingidos durante a era “menemista” são irreversíveis, isto é, o crescimento econômico necessariamente requer a avaliação positiva do capital estrangeiro.

Uma outra questão a preocupar é a inflação. Um importante jornal argentino, El Clarín, vem realizando uma enquete onde a grande maioria aposta na elevação da inflação. O governo vem negociando com os principais setores formadores de preços; em alguns gêneros da indústria alimentar, depois da desvalorização houve aumentos superiores a 100%. O governo argentino realizou acordos com empresários responsáveis por uma cesta de 351 produtos com “preços de referência”. De qualquer maneira, a despeito da aposta inflacionária, os patamares alcançados não são preocupantes a ponto de sugerir abortar a trajetória de crescimento. O fenômeno inflacionário nas economias latino americanas revela a dificuldade estrutural de constituir padrões monetários fortes e, não menos importante, a propensão dos agentes econômicos de antecipar ganhos monopolistas ou, simplesmente, ganhos gerados pelo poder de mercado das firmas, revelando que o processo concorrencial é dominado pela gestão de preços em detrimento da busca de vantagens através da inovação.

Recentemente, Kirchner mudou o comando da economia, saiu Lavagna e entrou Felisa Josefina Miceli, da equipe do ex-ministro, porém, mais alinhada ao presidente, no sentido de se dispor a executar uma política fiscal mais ativa. Em que medida poderá o presidente Kirchner consolidar seu espaço no peronismo, atender as demandas dos setores assalariados e dos excluídos e, o que parece mais difícil, conduzir o país no cenário internacional evitando gerar atritos e, desta forma, facilitar o caminho dos acordos bilaterais dos países latino americanos com os EUA? O atual episódio de crise com o Uruguai em relação à construção de usinas processadoras de celulose por parte deste país em áreas de preservação ambiental e sem a prévia realização de análises de impacto ambiental internacionalmente avalizados demonstram falta de habilidade do governo argentino, já que ao invocar a Corte de Haia, deixa clara sua descrença no Mercosul e, pior ainda, acaba endossando a idéia de que não temos maturidade para resolver nossas desavenças sem a participação de terceiros.

Não se deve perder de vista que o endividamento externo argentino é muito elevado para um PIB nominal de US\$ 173.000 milhões. Certamente o peso do endividamento será o condicionante maior do processo de crescimento.

Em 2004, Fernando Solanas filmou o excelente documentário Memórias del Saqueo. Sua câmera foca uma Argentina saqueada por uma classe que de longa data lucra com o endividamento em moeda forte e que na era “menemista” locupletou-se com negociatas e empobreceu, num ritmo desaforado, a grande maioria da população. Bairros alagados, meninas grávidas, cachorros famintos, crianças catando alimentos em lixões gigantescos, mas uma desgraça que soube, em algum momento, fazer marchas massivas gritando contra os políticos e enfrentando a polícia.